

AMBIENTE

Proposta a regulamentação do comércio internacional de mogno

Brasil, que é, junto com a Bolívia, um dos maiores produtores, opõe-se à iniciativa

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — Os governos dos Estados Unidos e da Bolívia propuseram ontem a regulamentação do comércio internacional do mogno para assegurar a exploração sustentada da madeira de lei tropical mais vendida no mundo. O Brasil, que é, com a Bolívia, o maior produtor, opõe-se à iniciativa. Recentemente, o governo brasileiro adotou medidas de controle e decretou moratória de dois anos na concessão de novas autorizações de cortes.

A proposta dos EUA e da Bolívia foi apresentada ao secretário da Convenção Internacional sobre Comércio de Espécies Ameaçadas (Cites), em Genebra. O que os dois países querem é que a *Swietenia macrophylla*, ou

mogno de folha grande, encontrável em florestas do México ao Chile, seja incluída no Apêndice 2 do Cites.

A exploração e comércio das espécies incluídas nessa lista são regulados por exigências de certificação de origem, licenças de exportação e importação e fiscalização no embarque e desembarque em portos previamente designados. "As espécies listadas no Apêndice 2 do Cites são aquelas que não estão sob ameaça imediata mas poderão ficar se seu comércio não for controlado", informou o Serviço de Pesca e Vida Selvagem do Departamento de Interior (USFWS), que representa os EUA

na Cites. A convenção, assinada em 1973, foi ratificada por 134 países.

Para ser adotada, a proposta americano-boliviana precisará obter o apoio de dois terços dos delegados que comparecerem à próxima reunião do Ci-

tes, de 9 a 20 de junho, no Zimbábue. Uma iniciativa semelhante da Holanda, em 1994, recebeu 55 votos favoráveis e 33 contrários.

"Nós apoiamos totalmente os esforços do governo brasileiro de controlar a exploração do mogno", disse Marshal Jones, diretor-adjunto do USFWS ao Estado. "Outros países deveriam observar o que o Brasil está fazendo", acrescentou ele. Para Jones, a inclusão do mogno no Apêndice 2 ajudará a fazer com que isso aconteça porque "criará regras comuns" para todos.

O governo brasileiro invocou razões políticas para discordar da proposta americana. "Ela deixa entrever uma intenção de tornar a Cites responsável pela gestão das florestas", disse ao Estado Eduardo Martins, presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

DECISÃO
SERÁ TOMADA
EM JUNHO, NO
ZIMBÁBUE